



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

Identidade e memória dos/as negro/as da cidade de Franca

Rosicler Lemos da Silva ¹
Dagoberto José Fonseca²

Resumo: Este artigo consiste em breve análise quanto à identidade étnico-racial da população da cidade de Franca/SP, em particular os/as negros/as. Traz alguns dados do município e da prática profissional de uma das autoras enquanto assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social da cidade. Aborda sinteticamente o processo histórico de formação identitária da população brasileira e algumas consequências advindas do período de escravização dos/as africanos/as. Apresenta conceitos teóricos acerca da identidade, memória e tradição oral, explicita a importância da reconstrução e registro de memórias dos/as negros/as para seu fortalecimento, reconhecimento e resistência diante a desigualdade racial brasileira.

Palavras-chave: Negros/as; Identidade; Memória; Tradição Oral.

Abstract: This article consists of a brief analysis of the ethnic-racial identity of the population of the city of Franca / SP, in particular the blacks. It brings some data of the municipality and the professional practice of one of the authors as social worker in a Center of Reference of Social Assistance of the city. Synthetically, it addresses the historical process of identity formation of the Brazilian population and some consequences arising from the period of enslavement of Africans. It presents theoretical concepts about identity, memory and oral tradition, and explains the importance of the reconstruction and recording of memories of blacks for their strengthening, recognition and resistance to Brazilian racial inequality.

Keywords: Black, Identity, Memory, Oral Tradition.

¹ Assistente Social; servidora pública da Prefeitura de Franca; mestrandanda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca, Brasil; email: rosiclerls@yahoo.com.br

² Livre Docente em Antropologia Brasileira; docente do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia e coordenador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN) e do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diversidade (LEAD) da Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara/UNESP, Brasil; email: dagobertojose@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A cidade de Franca está localizada na região nordeste do estado de São Paulo, com população estimada para o ano de 2018 de 350.400 pessoas. Reconhecida como capital nacional do calçado, do basquete e do café, também é popularmente chamada de Franca do Imperador, devido ter recebido a denominação de Vila Franca do Imperador em 28 de novembro de 1824, em homenagem ao governador da Província de São Paulo, Antônio José da Franca e Horta, e também a Dom Pedro I. Entretanto, em 30 de dezembro de 1889, durante uma sessão da Câmara Municipal, teve seu nome simplificado para Franca³.

Ao observar as características de sua população no censo IBGE/2010, especificamente o quesito cor ou raça, destaca-se as declarações feitas pelas pessoas, sendo que 1.840 se autodeclararam amarelas, 219.876 brancas, 388 indígenas, 76.082 pardas e 20.020 pretas. Somando a quantidade de pardas e pretas, obtém-se um total de 96.102 pessoas, correspondendo a aproximadamente 30% da população entrevistadas no referido censo. Comparando com o dado nacional, em que 43,1% das pessoas se declararam pardas e 7,6% pretas, somando-se os dois totaliza 50,7% da população brasileira, nota-se uma divergência entre os dados municipal e o nacional.

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS 2018 -2021) de Franca também aponta a divergência entre tais dados:

Os dados do IBGE/2010 apontam que 47,7% da população brasileira se declarou branca; 43,1%, parda; 7,6%, preta; 1,1%, amarela; e 0,4%, indígena. Portanto, a população brasileira é constituída por 50,7% de negros. Comparando os dados nacionais com os coletados no Cadastro Único do município de Franca percebe-se a necessidade de um trabalho sobre a identidade da população, uma vez que há divergência entre eles, sendo fundamental realizar o trabalho social a partir da compreensão do processo histórico brasileiro e das expressões do racismo em nossa sociedade. (PREFEITURA DE FRANCA, 2018. p.19).

Outro fato relevante provem da atuação profissional da autora enquanto assistente social em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Franca, sendo que a maioria das pessoas negras atendidas apresentam dificuldade em declarar a sua cor ou raça. Acrescenta-se ainda a existência de pessoas negras que residiram e/ou ainda residem em Franca e são referências nacionais e internacionais, como por exemplo, Abdias do Nascimento, Carolina Maria de Jesus e Carlos de Assumpção, contudo, não

³ Dados oficiais do município obtidos através do site da Prefeitura de Franca. Disponível em: <<https://www.franca.sp.gov.br/noticias/desenvolvimento/apresentacao-historia#>>. Acesso em 10 dez. 2018.



possuem o mesmo reconhecimento por uma parcela dos moradores da cidade. Pontua-se como uma das exceções, Joana D’Arc Félix de Souza, que é química, professora e cientista e, recentemente, após aparecer em uma das maiores emissoras do país, tem sido reconhecida no município.

Diante o exposto, questiona-se quais são as influências que os/as negros/as de Franca sofreram e ainda sofrem quanto à sua identidade étnico-racial, bem como, quais são os fatores que dificultam o seu reconhecimento e sentimento de pertença a raça negra.

2. IDENTIDADE E MEMÓRIA DOS/AS NEGROS/AS NO BRASIL

Ao se falar sobre identidade étnico-racial no Brasil, faz se necessário compreender o seu processo histórico de formação enquanto nação, considerando que muito antes do ano de 1500 já existiam no país diversas etnias indígenas. Ainda, é imprescindível analisar quais foram os/as portugueses/as e outros povos que vieram ou foram trazidos para o Brasil, principalmente os/as africanos/as que tiveram suas vidas ceifadas pela escravização.

Ressalta-se a complexidade e a importância do assunto,

No Brasil, tecer considerações, fazer interpretações, análises e reflexões sobre as características étnico-raciais tem sido algo complexo na medida em que diversas categorias sociais são postas em concorrência e em diálogo constante, sobretudo porque trazem conceitos, palavras e terminologias estruturadas pelo imaginário europeu para estabelecer e explicar as diferenças entre os povos com a finalidade de exercer e justificar o domínio de alguns sobre outros [...]. (NASCIMENTO; FONSECA, 2013, p.51).

Isto posto, pontua-se o entendimento sobre identidade enquanto uma experiência vivida, um dado concreto e empírico, vinculada a um repertório de identidades, que vão se aglutinando e sendo construídas ao longo do tempo. Para Ciampa (1984, p.74), “identidade é movimento, é desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”.

No Brasil, houve diversas tentativas do Estado em homogeneizar a população, forjando uma única identidade nacional em um país no qual existem várias etnias. Renato Ortiz relata a preocupação do Estado em registrar a memória do país:

[...] O Estado manipula a categoria de memória nacional no interior de um quadro de racionalização da sociedade. Esta memória lhe possibilita, por um lado, estabelecer uma ponte entre o presente e o passado, o que legitima na história de um Brasil sem rupturas e violência. Por outro lado, ela se impõe como memória coletiva, isto é, como mito unificador do Ser e da sociedade brasileira. A sociedade mudou, mas sua “essência” seria idêntica à sua própria raiz. (ORTIZ, 1994, p. 124).



A educação formal brasileira, que possui influência eurocêntrica, por vezes ainda consiste em uma das maneiras do governo perpetuar histórias e tradições no país. Marilena Chaui aborda sobre o mito fundador do Brasil e cita algumas histórias que aprendemos na escola:

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. Somos um povo que atende ao chamamento do país e que diz ao Brasil: “Mas se ergues da justiça a clava forte/Verás que um filho teu não foge à luta/Nem teme quem te adora a própria morte”. Não tememos a guerra, mas desejamos a paz. Em suma, somos um povo bom, pacífico e ordeiro, convencido de que “não existe pecado abaixo do Equador”. (CHAUÍ, 2004, p.6).

Quanto à memória, ela é experiência pretérita vivida, podendo ser relatada pela própria pessoa ou por outros. Consiste na atualização de um tempo passado a partir de um determinado contexto, vinculada e contada por pessoas que possuem autoridade e poder para contá-la.

Segundo Fonseca (2000, p. 9),

A memória é uma experiência pretérita fundada em fatos, atos (in)conscientes, objetivos e subjetivos. Ela armazena parte das práticas vividas pelos agentes e grupos sociais, podendo atravessar a história e alimentá-la, pois é parte do processo cultural legado as gerações futuras, sendo um referencial de preservação, de transformação ou de resignificação do meio social. Com base nesse pressuposto não podemos ter dela uma visão unilateral [...].

A memória é sempre um elemento coletivo, seletivo e utilitário. Sobre isso, Fonseca discorre que:

A memória devido aos interesses e às relações intergrupais configura-se em social e com forte caráter utilitário, pois as informações do passado são trazidas à baila quando interessa a alguém ou a um grupo específico, nisso é também seletiva. Ela ao ser selecionada propicia a resignificação do cotidiano. (FONSECA, 2000, p. 9).

Ao se questionar sobre a memória do/a negro/a em qualquer parte do Brasil, deve-se lembrar do longo período de escravização que o mesmo sofreu e das consequências vivenciadas até os dias atuais, expressas nas diversas formas de racismo e violações de direitos, destacando-se que memória apagada é inexistência e traumas também selecionam a memória. Pollack (1989, p.4) cita que, “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional”.

O direito a história e a memória estão previsto na Constituição Federal de 1988:



Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Entretanto, historicamente a população negra teve sua memória e tradição aliadas das histórias oficiais do Brasil que foram legitimadas pelo governo.

Lembremos de partida que os autores brasileiros, mesmo os menos conhecidos, ou eram parte da classe política ou escreviam diretamente à sua intenção. As suas especulações ideológicas estavam próximas das decisões, mesmo que representassem uma corrente minoritária. (CUNHA, 2012, p. 107)

Ainda, deve-se ponderar as tentativas do Estado em embranquecer a população brasileira e a fragilidade da tradição oral no país, sendo que muitas memórias dos/as negros/as morreram junto com seus antepassados. Majoritariamente, o/a negro/a aparece na história do Brasil como escravizado/a, aliado a isso, a inexistência de registros de suas memórias, tradições e referências, dificultam a identidade e reconhecimento das pessoas enquanto negros/as, o que muitas vezes, fragiliza a luta contra o racismo e fortalece a desigualdade racial no país.

Munanga (2003, n.p) relata que,

No Brasil o mito de democracia racial bloqueou durante muitos anos o debate nacional sobre as políticas de "ação afirmativa" e paralelamente o mito do sincretismo cultural ou da cultura mestiça (nacional) atrasou também o debate nacional sobre a implantação do multiculturalismo no sistema educacional brasileiro.

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravização, isso há apenas 130 anos. Foram mais de 300 anos de escravização dos/as africanos/as, que em solo brasileiro foram denominados como negros/as e, mesmo após a abolição, não tiveram acesso de forma justa e digna aos meios para prover sua sobrevivência, o que acarretou em graves consequências que permanecem até os dias atuais. Ser negro/a em qualquer parte do Brasil é estar exposto/a, de forma direta ou velada, há vários tipos de violência:



Em todas as esferas da vida social, as populações negra e indígena são as que mais aparecem em desvantagens socioeconômicas e de representação em espaços de poder e decisão. Inúmeras pesquisas retratam que, na saúde, por exemplo, são as mulheres negras que representam os maiores índices de mortalidade materna. São elas também que exercem, majoritariamente, os trabalhos domésticos e recebem os mais baixos salários. Na educação, são os/as negros/as que ingressam mais tardiamente aos espaços escolares e são os/as que saem (“evadem”) mais precocemente. Em relação ao acesso à justiça, a desigualdade se mantém. As penas mais duras são aplicadas aos/às negros/as, mesmo quando cometem os mesmos crimes praticados por brancos/as. (CFESS, 2016, p.7).

Destarte, entende-se a dificuldade em se identificar como negro/a num país como o Brasil, no entanto, a não identidade pode gerar sofrimento e sentimento de solidão. Como a identidade está vinculada ao sentimento de pertença e consiste em um processo subjetivo e interativo, haja vista que a essência do ser humano é mutável devido estar em relação com o outro e com o meio-ambiente, a mesma sofre influências externas do território vivido e de instituições como o Estado, família, igreja, escolas, entre outras. Sobre isso, Ciampa (1984, p.64) expõe que “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc”.

Todavia, quando a pessoa não se sente pertencente a um grupo social e não se reconhece no outro, sabe que não é branca, porém não se identifica enquanto preta, por vezes sofre de forma solitária e silenciosa as sequelas do racismo. Durante várias ações desenvolvidas no CRAS em 2018, a autora constatou esse sofrimento, que atinge diversas faixas etárias, desde a criança que chora por não querer ter a pele escura e o cabelo crespo, o adolescente que se revolta por não ter a cor da pele e traços físicos da família da mãe que é branca, até a idosa que relata ser a primeira vez que pode falar sobre a discriminação racial vivida ao longo de sua vida.

3. CONCLUSÕES

Ao analisar sinteticamente as relações étnico-raciais de Franca/SP, sobressaem o contraste entre os dados do país e os do município quanto ao quesito cor e raça do IBGE/2010; o não reconhecimento local de negros/as que residem ou residiram na cidade e são referências nacionais e internacionais; além das constatações empíricas da autora em seu local de trabalho quanto à dificuldade de grande parte das pessoas atendidas se identificarem enquanto negras.

Emergem diversos questionamentos acerca da formação identitária da população francana, que devem ser interpretados considerando o processo histórico nacional,



principalmente o fato de a cidade ter sido fundada em 28 de novembro de 1824, ainda no período de escravização. Indaga-se quais as influências sofridas pelos/as negros/as da cidade; a existência de marcadores históricos e de registros das memórias e tradições da população negra na história oficial de Franca, bem como os espaços de resistência, como por exemplo, conselhos de direito, religiões, movimentos sociais, artísticos e culturais, entre outros.

Destaca-se a importância de realizar um estudo mais aprofundado sobre o processo de formação étnico-racial da cidade. Para tanto, torna-se imprescindível reconstruir as memórias de seus/suas negros/as, identificar e ouvir àqueles/as que possuem autoridade para falar, principalmente as pessoas mais velhas.

Um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos pode chegar-nos pela memória dos velhos. Momentos desse mundo perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu e até humanizar o presente. A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 2007, p. 82-83).

A contemporaneidade e os contínuos avanços tecnológicos tornaram o velho obsoleto, refere-se aqui tanto as pessoas quanto aos objetos, interferindo na convivência social e principalmente nas tradições, oralidade, memória e identidade. Ecléa Bosi (2007, p.75) pontua que,

Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes.

A autora ainda expõe que “[...] a história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos” (BOSI, 2007, p. 90). A oralidade é a base fundamental da tradição, não sendo possível pensa-la desvinculada da memória e da identidade,

[...] Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocuições-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase que em toda a parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas. (KI-ZERBO, 2010, p. 157)



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

Portanto, é fundamental reconstruir e fortalecer a oralidade, dar visibilidade às tradições e histórias da população negra, trazer referências principalmente para as crianças e adolescentes, para que se reconheçam e sintam orgulho de sua raça e de seus ancestrais. Ainda, a oralidade pode trazer à tona vivências de violências e opressões, que por vezes ficaram silenciadas e reprimidas durante muitos anos:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios, “não ditos”. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Esta tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou ao menos, de se expor a mal entendidos. (POLLAK, 1989, p. 8)

Enfim, a reconstrução de memórias da população negra através da oralidade pode também consistir em formas de denunciar e/ou requerer possíveis reparações quanto aos danos sociais vividos, conforme preconizado em documentos internacionais da ONU (Organização das Nações Unidas) assinados pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 18 set. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 5ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serie assistente social no combate ao preconceito: racismo - caderno 3**. Brasília: CFESS, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África**. 2ª ed. rev. Ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. **Negros corpos (I) Maculados: mulher, catolicismo e testemunho**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: < <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3672>>. Acesso em: 18 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

KI-ZERBO, Joseph (editor). **História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília; UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000318.pdf>>. Acesso em 04 jan. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. 2003**. Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível em <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

NASCIMENTO, A. S.; FONSECA, D. J. Classificação e identidades: mudanças e continuidade nas definições de cor ou raça. In: PRETUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 22 Dez. 2018.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

PREFEITURA DE FRANCA. **Conheça Franca**. Disponível em:
<<https://www.franca.sp.gov.br/>>. Acesso em 15 set. 2018.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social de Franca (2018-2021)**. Disponível em:
<https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=file&id=5517:plano-de-assistencia-social&Itemid=1552>. Acesso em 27 dez. 2018.